

PANORAMA HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL: REVISITAR O PASSADO PARA PENSAR O FUTURO

Patrícia de Sousa Oliveira¹

Universidade Federal de Catalão

Vanessa T. Bueno Campos²

Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

A história da universidade brasileira, desde a sua fundação no Brasil-colônia até os mais recentes programas de expansão e ataques à autonomia universitária, demonstra a existência de um projeto de educação superior que foi se modificando de acordo com os contornos assumidos pelos diversos governos e interesses dos grupos que estiveram no poder. Neste artigo, partindo de referências como Brito, Dourado, Fávero, Sguissardi e Dias Sobrinho, realizamos uma pesquisa de caráter teórico que se propõe a revisitar os fatos que forjaram o nosso modelo de universidade e refletir sobre os desafios postos à construção de uma universidade mais comprometida com a formação humana e a transformação social. Podemos afirmar que a universidade brasileira é um espaço realmente democrático à serviço da sociedade? Defendemos que conhecer a história da universidade brasileira e reconhecer seu papel na manutenção ou transformação da sociedade é fundamental para que se possa pensar nos novos e possíveis caminhos a serem tomados.

Palavras-chave: História da universidade brasileira; História da educação superior no Brasil; Universidade; Educação Superior; Ensino Superior.

HISTORICAL OVERVIEW OF UNIVERSITIES IN BRAZIL: REVISITING THE PAST TO THINK ABOUT THE FUTURE

ABSTRACT

The history of the Brazilian university, from its foundation in colonial Brazil to the most recent expansion programs and attacks on university autonomy, demonstrates the existence of a higher education project that has been changing according to the contours assumed by the various governments and interests of the groups that were in power. In this article, based on references such as Brito, Dourado, Fávero, Sguissardi and Dias Sobrinho, we carry out theoretical research that aims to revisit the facts that forged our university model and reflect on the challenges posed to the construction of a more committed university with human formation and social transformation. Can we say that the Brazilian university is a truly democratic space at the service of society? We argue that

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pedagoga no Programa de Apoio ao Docente, Técnico-administrativo e Discente (PROAPOIO) do curso de Medicina da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão, Goiás, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120. Setor Universitário, Catalão, Goiás, Brasil, CEP: 75705-220. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6569-1031> E-mail: patisoli@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Endereço para correspondência: Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, CEP: 38408-100. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5542-0980>. E-mail: vbcampos@ufu.br

knowing the history of Brazilian universities and recognizing their role in maintaining or transforming society is fundamental so that we can think about new and possible paths to be taken.

Keywords: History of Brazilian universities; History of higher education in Brazil; University; Higher Education.

PANORAMA HISTÓRICO DE LAS UNIVERSIDADES EN BRASIL: REVISANDO EL PASADO PARA PENSAR EN EL FUTURO

RESUMEN

La historia de la universidad brasileña, desde su fundación en el Brasil colonial hasta los más recientes programas de expansión y ataques a la autonomía universitaria, demuestra la existencia de un proyecto de educación superior que ha ido cambiando según los contornos asumidos por los distintos gobiernos e intereses de los grupos que estaban en el poder. En este artículo, a partir de referentes como Brito, Dourado, Fávero, Sguissardi y Dias Sobrinho, realizamos una investigación teórica que tiene como objetivo revisar los hechos que forjaron nuestro modelo universitario y reflexionar sobre los desafíos planteados para la construcción de una universidad más comprometida con formación humana y transformación social. ¿Podemos decir que la universidad brasileña es un espacio verdaderamente democrático al servicio de la sociedad? Sostenemos que conocer la historia de las universidades brasileñas y reconocer su papel en el mantenimiento o transformación de la sociedad es fundamental para pensar en nuevos y posibles caminos a seguir.

Palabras clave: Historia de la universidad brasileña; Historia de la educación superior en Brasil; Universidad; Educación superior.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história da universidade se confunde com a história da democracia no Brasil: uma história de garantia de privilégios à elite econômica e exclusão da classe operária do projeto de Educação Superior nacional, com vistas à manutenção da estrutura social. Tendo como base a pesquisa teórica sobre o tema, referenciada em autores como Brito, Dourado, Fávero, Sguissardi e Dias Sobrinho, este artigo propõe revisar a cronologia de fatos que seguiram desde a implantação da universidade no Brasil até o seu modo de existência nos dias hoje, a fim de contribuir com a compreensão dos modelos assumidos em cada tempo e favorecer a discussão sobre os desafios postos à construção de uma universidade mais comprometida com a formação humana e a transformação social.

Implementação e consolidação da universidade no Brasil

Ao contrário de outros territórios colonizados da América Latina, onde a política espanhola favoreceu o surgimento precoce da universidade (Morosini et. al., 2006), visando favorecer o processo de colonização e a formação de uma nova

identidade, no Brasil a Coroa adiou ao máximo este projeto, com o receio de que os estudos universitários fomentassem os movimentos independentistas (Brito e Cunha, 2009). De acordo com Fávero (2010), havia uma política de controle por parte da metrópole portuguesa a qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da colônia.

As primeiras iniciativas tomadas a fim de implementar um ensino superior no Brasil começaram com os colégios dos jesuítas da Companhia de Jesus, abrangendo, em geral, a formação em Letras e Artes, sem configurar-se, ainda, como estudo universitário. O chamado modelo jesuítico de ensino possuía orientação cristã católica, tendo o reforço da religião e a manutenção do poderio da Igreja como objetivos centrais; o conhecimento era algo tido como pronto e acabado, cabendo aos detentores do conhecimento (professores-religiosos) repassá-lo aos alunos que, através de memorização da leitura e aulas expositivas, acrescidas de resolução de exercícios, apreendiam o conteúdo ministrado (Anastasiou, 2001; Pimenta e Anastasiou, 2005).

Fechados posteriormente pelas reformas pombalinas, e com a chegada da família real portuguesa à colônia, os colégios jesuítos deram lugar às Escolas Superiores, uma espécie de transição entre a educação superior atrelada à Igreja e a criação da universidade laica, destinadas a formar profissionais liberais e burocratas do Estado e manter as oligarquias agrárias no controle do desenvolvimento econômico da colônia portuguesa (Brito e Cunha, 2009; Fávero, 2010; Morosini et. al., 2006). Os primeiros cursos oferecidos por tais Escolas foram Medicina (1808) e Engenharia (1810), seguidos mais tarde por outros de caráter profissional que atendessem as demandas da corte real no Brasil, como Direito, que junto aos dois primeiros constituíram por muito tempo a base da formação da elite brasileira.

Anos depois, com a independência da colônia (1822), e durante todo o império, apesar de várias tentativas de criação de universidades por parte de políticos e intelectuais, até inclusive do imperador, manteve-se o desejo da elite econômica de postergar a criação da universidade brasileira (Fávero, 2010). Diante da recusa do governo federal em oficializar o ensino superior universitário no país, alguns Estados

foram tomando a dianteira e instituindo universidades de nível estadual, como a Universidade de Manaus (1909), a de São Paulo (1911) e a do Paraná (1912) (Michelotto, 2006).

Tardiamente, após movimentos republicanos do final de século XIX, em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira instituição universitária criada pelo governo federal, nasce da união das faculdades de Medicina, Engenharia e Direito (Brito e Cortela, 2020). Reunidas as três unidades de caráter profissional, foi-lhes legalmente assegurada autonomia didática e administrativa (Fávero, 2010). Apesar dessa pretensa autonomia, segundo Brito e Cunha (2009), o Estado continuava controlando a gestão e o orçamento, as cátedras continuavam sob sua custódia, os currículos eram fixos e a forma de dar aulas também. Para as autoras, neste momento, a universidade brasileira assemelha-se muito à universidade medieval, onde o controle do Estado/Igreja atravessa sua autonomia a fim de manter o status/poder das classes dominantes. Assim, tal qual afirma Severino (2008), o desenvolvimento do modelo universitário no país marcou-se pela combinação de dois traços fundamentais: o caráter privado de sua dependência administrativa e a sua natureza de instituição isolada.

Este período de criação da universidade no Brasil sofreu forte influência do modelo universitário franco-napoleônico sobre a organização administrativa e papel da universidade: centralizada (do ponto de vista administrativo), fragmentada (do ponto de vista da integração de suas faculdades), profissionalizante, com separação da pesquisa, e de perspectiva funcionalista voltada para os interesses do Estado e da elite (Anastasiou, 2001; Brito e Cortela, 2020; Pimenta e Anastasiou, 2005). Com relação aos processos de ensino-aprendizagem, este modelo mantinha muito as características do ensino jesuítico, centrado no professor e na memorização passiva dos conteúdos.

Fávero (2006) destaca que apesar de toda a esquivia do governo federal brasileiro em assumir o projeto da universidade pública nacional e todas as incongruências da universidade recém implantada, a Universidade do Rio de Janeiro reavivou e intensificou o debate em torno da questão universitária no país,

adquirindo expressão especialmente graças à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Entre as questões discutidas destacavam-se a concepção e modelo de universidade nacional, sua função e autonomia.

Em 1930, o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, com acentuada tônica centralizadora, que objetivava adequar a educação à “modernização” do país, com ênfase na formação de elites e na capacitação para o trabalho (Fávero, 2010).

Enquanto isso, políticas educacionais mais liberais eram adotadas pelo governo do Estado de São Paulo e prefeitura do Distrito Federal (Brito e Cunha, 2009). Como resultado destas políticas surgiram: a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, engajada com o crescimento científico e político do país, com o desenvolvimento e difusão da ciência e das artes; e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, sob influência de Anísio Teixeira, figura expoente da Escola Nova (Brito e Cunha, 2009; Fávero, 2006), fortemente ancorada na liberdade de pensamento e autonomia universitária (Fávero, 2010).

A partir de 1945, com a explosão do populismo como instrumento político de dominação das massas e a intensificação dos processos de industrialização, a oferta de ensino secundário foi ampliada e universidades privadas e estaduais foram federalizadas, fomentando o aumento do número de vagas e de universidades no país. Multiplicam-se as universidades, mas com predomínio da formação profissional, sem idêntica preocupação com a pesquisa e com a produção de conhecimento (Fávero, 2006).

A “redemocratização” do país é fortalecida com a promulgação de uma nova Constituição (1946), que defendia a garantia dos direitos individuais e a liberdade de consciência e crença. No âmbito do ensino superior, o Decreto-Lei nº 8.393/1945, concede à universidade do Brasil autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar (Fávero, 2010).

A era desenvolvimentista, surgida com a derrocada do Estado Novo, alavancou a ideia de modernização articulada ao crescimento científico (Brito e Cunha,

2009). Neste período a pesquisa finalmente é institucionalizada dentro da universidade brasileira. O modelo humboldtiano alemão, influenciado pelo positivismo, que orientou a educação superior brasileira nesta fase, propunha: uma universidade voltada para a resolução dos problemas nacionais, via construção científica; atuação conjunta de professores e alunos na pesquisa, visando a formação profissional; autonomia frente ao Estado e à sociedade civil; e o livre pensar (Anastasiou, 2001; Brito e Cortela, 2020; Pimenta e Anastasiou, 2005).

A criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1947, referência de modernização na época, e a fundação da Universidade de Brasília (1962), instituição modelo do novo paradigma do ensino superior brasileiro, vieram fortalecer o movimento que pensava a universidade no Brasil. O movimento pela Reforma Universitária, que agregava professores e alunos da União Nacional dos Estudantes, defendia a articulação da universidade com as reformas de base e questões políticas mais globais (Fávero, 2006).

Aproveitando-se do movimento da Reforma Universitária, o Estado, estrategicamente, se apropriou do discurso da comunidade universitária que ansiava pela reforma, dando-lhe uma “nova roupagem” com a publicação da Lei da Reforma Universitária (Lei 5540/1968) (Brito e Cunha, 2009). Segundo Fávero (2006, p.33), quando a elite conservadora se acha ameaçada, “o que prevalece é a preservação do monopólio do poder em suas mãos, através do controle político das reformas, sem o avanço efetivo na solução dos problemas”. Dentre as mudanças estabelecidas, deu-se a separação da pesquisa do ensino, deixando à graduação a responsabilidade de formação dos quadros profissionais e à pós-graduação a responsabilidade da pesquisa.

Durante a ditadura militar, o Brasil se aproximou politicamente dos Estados Unidos, estabelecendo diversos acordos entre os dois países. Neste período, a universidade brasileira, marcadamente, sofreu influência do modelo universitário norte-americano através do: alinhamento da educação com o mercado de trabalho; favorecimento das parcerias público-privadas na universidade, sistema de créditos, matrícula por disciplinas; fim da cátedra e instituição do sistema departamental;

regime de dedicação exclusiva; massificação do ensino superior através de ampliação do número de vagas e proliferação de instituições privadas; despolitização do ensino superior, com ênfase nas suas dimensões técnico-administrativas (Paula, 2002). Ao mesmo tempo, o número de instituições de ensino superior da iniciativa privada, essencialmente profissionalizante, aumentava exponencialmente

Segundo Brito e Cunha (2009), foi sob essa influência que as ciências humanas perderam seu grau de importância no movimento de formação dos estudantes, que professores e pesquisadores passaram a assumir lados diferentes no contexto acadêmico e as discussões sobre os rumos da educação superior tornaram-se pauta apenas dos ditos “idealistas” ou sindicatos de classe.

Durante o período de ditadura militar, o governo passou a restringir a liberdade de expressão, coibindo cada vez mais o discurso da universidade. De acordo com Fávero (2006, p.34):

[...] tanto a reorganização do movimento estudantil, como a de outros grupos da sociedade civil, só irá se efetivar no final dos anos 70, com a abertura política e a promulgação da Lei da Anistia. Nas universidades públicas, após esta Lei se processa o retorno de vários professores afastados, compulsoriamente, após o AI-5.

Com o fim da ditadura militar e a ampliação dos direitos sociais garantida pela Constituição de 1988, a política brasileira, já sob forte influência estadunidense, e tal qual aconteceu com a maioria dos países da América Latina, se aproximou do discurso liberal que associa direitos humanos a direitos de propriedade e consumo, passando a assimilar os ideais neoliberais de orientação mercadológica das políticas nacionais, individualismo, competitividade e produtividade. Na educação isso impactou, de forma mais intensa, a avaliação docente, que passou a ser baseada no produtivismo acadêmico (tendo como referência os resultados de pesquisa do professor, que também deveria realizar ensino e extensão), o fortalecimento da teoria do capital humano (que entende a educação como formação de mão de obra para o mercado de trabalho) e o afastamento dos ideais de formação humana.

Expansão da Educação Superior no Brasil

Durante a década de 90 pôde-se verificar a consolidação das políticas neoliberais, com perda de direitos recém-conquistados pelos trabalhadores e mudança do papel do Estado, especialmente no campo das políticas sociais (Ferraz et. al., 2020). Segundo Sguissard (2015), sob a pressão de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi conduzido um desmonte da educação superior federal, com congelamento de salários e recursos financeiros, não havendo a criação de nenhuma universidade durante oito anos (1995-2002). Neste período, nas palavras do autor, foi legalizado o “negócio” da educação superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB - Lei 9394/1996) e os decretos advindos posteriormente para regulamentá-la, em especial o Decreto 2306/1997, consagraram a visão neoliberal da educação (Severino, 2008), consolidando o ideário de comercialização do conhecimento e mercantilização da produção acadêmico-científica (Souza et. al., 2023). A partir daí, adere-se explicitamente pela privatização do ensino superior com a admissão de instituições educacionais com fins lucrativos e a aceitação de ensino universitário independente da pesquisa.

Em 2003 acessa um governo federal progressista no Brasil, marcado por grandes avanços sociais, mas também, por grandes contradições, dado o caráter neoliberal de muitas de suas ações. Dourado e Moraes (2021) destacam que o período de 2003 a 2016 foi marcado por um forte processo de expansão da educação superior: criação de novas instituições de ensino superior, de cursos de graduação, de vagas, de matrículas, de egressos, programas e cursos de pós-graduação, alteração do perfil social e racial estudantil, novos formatos institucionais, utilização da educação à distância, processos de interiorização e ampliação do ensino noturno. Na mesma direção, a expansão atinge também a pesquisa acadêmica com aumento no número de bolsas, concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES), e, conseqüentemente, incremento no número de títulos de mestrado e doutorado.

Ao passo que a educação superior pública federal se expandia, o setor privado também recebeu grandes incentivos via financiamento público, especialmente, através do Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Aliado a esses programas, a abertura de capital e o ingresso no mercado de ações de empresas educacionais impulsionaram o crescimento, não apenas do número de matrículas no setor, como também do número de instituições e o surgimento de conglomerados educacionais. Para Ferraz et. al. (2020) sob o pretexto da democratização do acesso a esse nível de ensino, com financiamento estudantil e complexa relação com o processo expansivo do capital financeirizado, essas políticas só fortaleceram a educação superior como nicho mercantilista altamente rentável. Sguissardi (2015, p. 876) também destaca que a abertura de capital e Oferta Pública Inicial (IPO – do inglês Initial Public Offering) na Ibovespa das empresas educacionais foi o passo decisivo para a mercantilização da educação superior e a oligopolização do setor, afirmando que tais programas de incentivo constituem “formas de o Estado dinamizar as virtualidades do sistema de mercado em detrimento da concepção de educação superior como um direito ou serviço público”.

Também neste período, a regulamentação da avaliação como principal instrumento de gestão do ensino superior, segundo Diniz e Goergen (2019) contribuiu com o alinhamento da tendência neoliberal da educação universitária, esvaziando a concepção de qualidade de ensino.

Moreira (2001) afirma que governos neoliberais contemporâneos constantemente se apropriam de ideias defendidas pelos setores progressistas, recontextualizando-as e distorcendo-as a fim de fazê-las funcionar a favor de outros interesses. Assim a pretensa democratização do ensino superior, na verdade, configuraria-se em política de mercantilização e massificação da educação superior.

De qualquer forma, tais avanços foram determinantes para o acesso das camadas populares à universidade pública, havendo um incremento substancial nos

indicadores quantitativos da educação superior brasileira, com impacto qualitativo na melhoria de vida da população mais pobre. Com relação a esse processo de expansão do ensino superior com favorecimento dos interesses privados-mercantis, Dourado (2017) pondera afirmando que esse processo não pode ser compreendido como mera decorrência das ações governamentais, mas também como expressão de agendas, compromissos e políticas transnacionais para o campo.

A partir de 2016, com o impeachment da presidenta eleita, tido por muitos intelectuais e políticos como golpe de Estado, a direita reassume o poder e se fortalece com a eleição de um presidente conservador e ultraliberal em 2018. O governo da era Bolsonaro assume radicalmente a agenda neoliberal em favor da expansão do capital, privatização, desregulamentação da economia, flexibilização da legislação trabalhista e financeirização (Dourado e Moraes, 2021).

A educação superior pública passa a sofrer fortes ataques por parte do governo federal, através do repúdio à natureza crítica e transformadora da educação, desprezo à classe docente e intelectual, ações (e/ou tentativas de ações) governamentais de reorganização administrativa da universidade pública e privatização do setor, expressos claramente nos projetos “Escola sem Partido” e “Future-se”. Fargoni, Júnior e Catani (2023) destacam a grande ofensiva enfrentada pela ciência brasileira durante o governo Bolsonaro, com a universidade pública sofrendo ataques decorrentes de cortes de verbas e do questionamento do seu papel na sociedade civil. Segundo Dourado e Moraes (2021), este período ficou marcado pelo corte e contingenciamento de recursos para o ensino superior público brasileiro através: do corte de bolsas e fundos para a pesquisa científica; proposição de alteração do regime estatutário dos servidores federais e do financiamento público da educação, parceria com o capital privado, financeirização dos fundos públicos e alienação de patrimônio.

Tais medidas atingiram, de maneira contundente, a autonomia universitária, visto que colocou a gestão das instituições públicas à mercê de interesses mercantilistas. Os desdobramentos de tais políticas foram sentidos na realidade universitária: através do privilegiamento das áreas científicas ligadas à tecnologia e

inovação com relação às da pesquisa de base e, especialmente, da área de humanas, na obtenção de fundos para pesquisa; na defasagem do quadro de servidores federais; na desvalorização da carreira docente; e na precarização dos recursos e patrimônio universitário.

Em 2023 a esquerda retorna ao centro do cenário político nacional, dando indícios de que dará enfoque à educação superior tendo a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) como setor estratégico, segundo Brito-Lima et. al. (2023). Estando, ainda, no início do terceiro mandato de Lula (2023-2026), os autores tomam como base o plano de governo no presidente eleito para destacar a educação universal de qualidade, pesquisa científica básica e tecnológica, inovação e inclusão social como princípios norteadores da sua política. A necessidade recompor o sistema nacional de fomento do desenvolvimento científico e tecnológico, via fundos e agências públicas como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) também compõem o eixo central dessa mudança.

Democratização da Educação Superior no Brasil: resistir para existir

Forjada por uma história de compromissos e omissões, adaptação e resistência aos interesses das classes dominantes e do capital, a Educação Superior no Brasil assume, hoje, uma nova configuração. Assis e Oliveira (2023) destacam as tendências mais recentes que a direcionam:

a) os movimentos de privatização, financeirização, formação de oligopólios e desequilíbrio público-privado na educação superior; b) os processos de diversificação e diferenciação do(s) sistema(s), de expansão acelerada (público/privado) e de democratização do acesso/inclusão; c) o aumento crescente do ensino a distância e o processo de hibridização da oferta de educação superior; d) as diferentes lógicas, forças e processos de reconfiguração do campo da educação superior e de sua produção intelectual; e) as mudanças nas finalidades e na natureza das universidades públicas e outras instituições, na direção de atender às demandas econômico produtivas; e f) o avanço das tecnologias digitais e do chamado capitalismo de vigilância na educação, que tende a ser uma nova força de

regulação ou modelação das práticas e ações no campo (Assis e Oliveira, 2023, p. 20).

Esta nova tendência é resultado, também, de uma forte influência nas duas últimas décadas do novo modelo de universidade adotado pela União Europeia. Após debates intensos ocorridos na Europa, o Tratado de Bolonha (1999) veio propor diretrizes para o Ensino Superior que, dentre outras coisas defende: a unificação dos sistemas de ensino dos países participantes; facilitação da mobilidade discente e docente; aligeiramento do tempo de formação nos níveis de graduação e pós-graduação (Brito e Cortela, 2020).

Ao analisarem a influência dos vários modelos universitários sobre a universidade que tem se edificado no Brasil, Brito e Cortela (2020) ressaltam que, apesar de sermos herdeiros de vários modelos universitários, termos assimilado várias de suas características organizacionais e ideológicas, na prática, a universidade brasileira não efetivou nenhum modelo em sua plenitude.

Muitas vezes atropelada pelos modismos, conveniências e convênios (Brasil e Estados Unidos), a universidade brasileira foi sendo (con)fundida, a mercê muito mais de humores políticos do que das percepções sobre sua função e importância num projeto de desenvolvimento do Estado, do social, da cultura e do conhecimento, constituindo modelos híbridos (Brito e Cortela, 2020, p.7).

Enquanto as instituições universitárias privadas seguem, convictas, a lógica do mercado na oferta de seus serviços educacionais, as universidades públicas, assim como a educação pública em geral, se debatem num confronto de múltiplas frentes (Severino, 2008). De acordo com Pombo (1999) a ideia de Universidade, na história, esteve muitas vezes, silenciosamente, imersa nas formas que as instituições universitárias foram adquirindo e, só lentamente, conquistou a autonomia e a configuração própria de uma ideia. No Brasil, a ideia de universidade mal se concretizava e já era abstraída e reformulada de acordo com os interesses das elites políticas e socioeconômicas do país.

Fávero (2006) analisando o discurso de Anísio Teixeira, quando da inauguração da UDF, chama a atenção para uma das características principais da universidade que

é a de ser um locus de investigação e de produção do conhecimento, e que, para tanto, é necessariamente indispensável que lhe seja garantido o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária. Mas como constituir-se autonomamente na relação com o Estado? Como assumir sua vocação, sendo lugar de produção, sistematização e disseminação do conhecimento, mediação da cidadania e da democracia, tal qual salienta Severino (2008)?

Silva (2006) destaca a contradição constitutiva da universidade expressa através de inúmeros conflitos:

A visão utilitária da universidade por parte das religiões e do Estado ante a autonomia como condição do avanço do conhecimento é outro modo de confronto histórico, exacerbado quando o próprio conhecimento diz respeito a crenças religiosas e a razões de estado. A vinculação clerical e a liberdade de pensamento; o patrocínio estatal e a autonomia inerente ao processo de conhecer: contradições que atravessam a vida individual e coletiva da universidade, nascida à sombra de poderes que ela estava inevitavelmente destinada a questionar (Silva, 2006, p. 195).

Tal qual nos lembra Melo (2018), a história não se faz somente por contradições e repetições, mas também por ações transformadoras, pela práxis humana, pela resistência e lutas, capazes de romper com padrões antidemocráticos e instituir uma sociedade mais justa, para a qual a universidade tem uma responsabilidade irrefutável.

A universidade nasceu no berço da contradição e hoje tem negado o confronto. Ao fugir dos conflitos, segundo Dias Sobrinho (2015), a universidade abdicou de correr grandes riscos e deixou de inserir nos processos de ensino-aprendizagem e de construção de conhecimentos, assim como nas relações interpessoais no meio acadêmico, as incertezas, os debates, a pluralidade, os questionamentos.

Silva (2006) critica o que, segundo ele, é o procedimento pelo qual a universidade tem se redefinido na contemporaneidade: adaptar-se às exigências do tempo histórico (mercado, tecnociência, organização eficaz e tecnicismo produtivista). Para ele, tais adaptações só fortalecem sua desinstitucionalização, quando deveria, na verdade, tornar-se o que o tempo histórico lhe impõe: recusar-se

a ser o que tem sido, adquirir consciência de si, e redefinir-se nas relações e no conflito.

Tal consciência deve ser percebida, comungada e exercitada com, e, através de seus diversos atores. Gestores, professores e alunos devem estar cientes do papel da universidade, do valor do conhecimento para além da profissionalização e interesses do mercado, do compromisso social da educação para com a transformação dos sujeitos e da sociedade. A sociedade e seus representantes devem estar atentos, exigir e lutar por políticas públicas que favoreçam o cumprimento de suas reais funções e que garantam a qualidade do ensino superior público.

De direito humano fundamental, portanto, público, a educação (e tudo o mais que constitui esse fenômeno: formação, conhecimento, aprendizagem, etc.) vai se tornando produto ou serviço, isto é, propriedade privada para benefício particular de indivíduos e empresas (Dias Sobrinho, 2015). E esse discurso é assimilado pela própria sociedade, que desconhece, e fica alheia aos objetivos de uma educação comprometida com a dignidade humana e a justiça social.

São os objetivos educacionais que definem o que deve ser alcançado, pois eles possuem implicações diretas sobre o tipo de sujeitos e o tipo de sociedade que se deseja constituir, um interesse voltado para a consolidação de uma formação aos saberes sociais que não é neutra e que tem em si uma perspectiva ideológica, que poderá ou não ser transformadora (Farias et. al., 2021). Os principais objetivos da educação superior têm se deslocado da formação humana integral para a capacitação em competências e habilidades requeridas para o desenvolvimento das empresas (Dias Sobrinho, 2015).

Dias Sobrinho (2015) questiona: afinal, a universidade é instituição de formação humana integrada a projetos civilizacionais, ou é instância a serviço do mercado e dos interesses privados dos indivíduos?

O campus universitário é um campo de disputas de poder que envolvem ideias e lugares sociais distintos e frequentemente conflitantes. As discrepâncias se disputam nos currículos, na organização das estruturas de ensino e pesquisa, nas políticas de desenvolvimento institucional, nas avaliações, nas salas de aula, nos laboratórios, nos hospitais, nos temas de investigação, nos projetos de financiamento, nas instâncias administrativas, nos organismos de relacionamento com as empresas e setores da

sociedade, enfim, em todas as instâncias que constituem o cotidiano universitário. É nesse palco que se disputam ideologias, poderes, conceitos de qualidade e de finalidades da educação em geral e, obviamente, da universidade (Dias Sobrinho, 2015, p.596-597).

É urgente o dever das IES (Instituições de Ensino Superior) assumirem a sua função social e repensarem suas ações, pois:

A divisão do saber, a hierarquização, as relações recíprocas, os vínculos entre o saber e o seu ensino, entre a produção do conhecimento e a sua transmissão, a centralização e a descentralização são questões totalmente atravessadas pela reflexão acerca do lugar histórico-político que a instituição deve ocupar, o qual definirá seu perfil institucional e as consequências quanto à dialética que deverá governar a relação entre a autonomia e os laços com a exterioridade (Silva, 2006, p. 198).

A universidade é um espaço público em que, privilegiadamente, podem e devem vicejar reflexões, conhecimentos e técnicas, em clima de normal aceitação das contradições, das diferentes visões de mundo, da liberdade de pensamento e de criação; ela justifica sua existência ao cumprir suas responsabilidades sociais, tendo por princípio e fim a contribuição na construção do mundo humano que a cada um cabe protagonizar nos planos da individualidade, da sociedade e da cidadania (Dias Sobrinho, 2015). Suas funções são constituídas por: criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura; preparação para o exercício de atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e métodos científicos e para a criação artística; apoio científico e técnico ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades (Pimenta e Anastasiou, 2005).

A distopia da universidade brasileira tem sido ajudar a reproduzir uma sociedade desigual, injusta, excludente, individualista e competitiva, exatamente o oposto do que deveria ter como missão: contribuir para a formação crítica e reflexiva dos sujeitos, promover a emancipação e a dignidade humana, fortalecer a democracia e contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Sem a crítica e o compromisso com a transformação, dos que atuam neste cenário, é impossível conceber grandes avanços. Os potenciais agentes desta mudança devem

questionar-se e terem clareza quanto ao papel da educação, da universidade, do exercício profissional da docência e do serviço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade no Brasil tem uma história de serviço aos interesses da elite dominante e do mercado. Assumindo contornos delineados pelos governos em questão, a universidade foi se constituindo tendo como referência modelos externos de formação superior e gestão universitária. Com o processo gradual de democratização do país, a organização de coletivos intelectuais que pensavam a ciência e a educação passaram a tomar parte da discussão sobre os paradigmas do ensino superior no país. Professores e alunos, movimentos sociais e organizados da sociedade civil também incorporaram a lutas por reformas universitárias. Desta forma, a resistência sempre foi um aspecto importante na constituição da nossa universidade.

Atualmente, a universidade brasileira vive um contexto recente de expansão de vagas, ampliação do acesso e permanência universitária, e implementação de políticas afirmativas de inclusão dos grupos historicamente marginalizados deste espaço. Apesar disso, lida com constantes ataques à sua autonomia e sobrevive às pressões de atender aos interesses do capital em detrimento de um projeto de desenvolvimento social.

A educação superior pública, gratuita, de qualidade e amplamente democratizada ainda não foi conquistada. O compromisso real da universidade brasileira ainda não é com a formação humana e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Defendemos que conhecer a história da universidade brasileira e reconhecer seu papel na manutenção ou transformação da sociedade é fundamental para que se possa pensar nos novos e possíveis caminhos a serem tomados.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C. Metodologia de ensino na universidade brasileira: elementos de uma trajetória. In: CASTANHO, M. E.; CASTANHO, S. (orgs.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papyrus, p. 57-70, 2001.

ASSIS, R. M.; OLIVEIRA, J. F. O campo da educação superior: tensões e desafios. **Em Aberto**, v. 36, n. 116, 2023. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5478> Acesso em: 04 jan. 2024.

BRITO-LIMA, H. C. R. et. al. A Educação Superior nos Governos de Lula e de Bolsonaro: Uma análise a partir dos programas de governo. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 17, n. 67, p. 29-48, 2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3804> Acesso em: 04 jan. 2024.

BRITO, T. T. R.; CORTELA, B. S. C. A condição da docência universitária no contexto atual das universidades: marcas históricas, realidade e perspectivas. **Revista de Iniciação à Docência**, Jequié, v. 5, n. 1, p. 9-23, maio 2020. DOI: 10.22481/rid-uesb.v5i1.6805. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/6805> Acesso em: 30 mar. 2023.

BRITO, T. T. R.; CUNHA, A. M. O. Revisitando a história da universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. **APRENDE-R - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 12, p. 43-64, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3105/2590> Acesso em: 30 mar. 2023.

DINIZ, R. V.; GOERGEN, P. L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 573-593, set./nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KWJWLBPHPFJBKbzSXw7TStb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 mar. 2023

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária; Anpae, 2017. 216 p.

DOURADO, L. F.; MORAES, K. N. A educação superior pública: expansão, democratização e novos desafios. In: VEIGA, I. P. A.; FERNANDES, R. C. A. (orgs.). **Por uma didática da educação superior**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. p. 41-60.

FARGONI, E. H. E.; JÚNIOR, J. R. S.; CATANI, A. M. Progressos e regressos da educação superior no Brasil nas primeiras décadas do século 21. **Em Aberto**, v. 36, n. 116, 2023. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5473> Acesso em: 04 jan. 2024.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 22, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006. DOI: 10.1590/S0104-40602006000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcMLSPfp8r/abstract/?lang=pt> Acesso em: 30 mar. 2023.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 200 p.

MELO, G. F. **Pedagogia Universitária: aprender a profissão, profissionalizar a docência**. Curitiba: CRV, 2018. 210 p.

MICHELOTTO, R. M. UFPR: Uma universidade para a classe média. In: MOROSINI, M. C. (Org). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: INEP, 2006. p. 53-64.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar em revista**, Curitiba, n. 17, p. 39-52, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.218>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3g4w8HwbP8XSHVq9qzNDXJp/?lang=pt> Acesso em: 30 mar. 2023.

MOROSINI, M. C. (ed. chefe). **Enciclopédia da Pedagogia Universitária**. v. 2. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/RIES, 2006. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/enciclopedia_de_pedagogia_universitaria_glossario_vol_2.pdf Acesso em: 30 mar. 2023.

PAULA, M. F. **A modernização da universidade e a transformação da intelligenzia universitária**. Florianópolis: Insular, 2002. 320 p.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 280 p.

POMBO, O. Universidade. Regresso ao futuro de uma ideia. In: Conferência apresentada na Reitoria da Universidade de Lisboa, no **Encontro “Da Ideia de Universidade à Universidade de Lisboa”**, que se realizou em 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341358865_Universidade_Regresso_ao_Futuro_de_uma_Ideia_University_Back_to_the_Future_of_an_Idea Acesso em: 02 jan. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERINO, A. J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 31, p. 73-89, 2008. DOI: 10.1590/S0104-40602008000100006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/cVhQhXmxJRptyk8jWsNGhm/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 30 mar. 2023.

SEVERO, J. L. R. L.; DE BRITO, R. M. A.; DA NÓBREGA CARREIRO, G. Estudos sobre Pedagogia Universitária e Didática do/no Ensino Superior: itinerários de uma experiência em tempos de pandemia. **Educação**, Santa Maria, v. 46, n. 1, p. e79/1-26, 2021. DOI: 10.5902/1984644461310. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/61310> Acesso em: 30 mar. 2023.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvhVs7q5gHBRkDSLrGXr/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 30 mar. 2023.

SILVA, F. L. Universidade: a ideia e a história. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 191-202, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000100013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/gvNf6vfM6xTBDBHnHt55Y4G/?lang=pt>
Acesso em: 30 mar. 2023.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 581-601, nov. 2015. ISSN eletrônico 1982-5765. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/WNJs7WK6sgvBxDQTPjc5yzf/abstract/?lang=pt#> DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772015000300002>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SOUZA, A.S.; B.L.F.; FREITAS, T.M.A. As configurações da agenda privado-mercantil na expansão da Educação Superior. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 27, n. 55, p. 1-25, 2023. DOI: 10.26694/rles.v27i55.4382. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4382>. Acesso em: 23 maio. 2025.

HISTÓRICO

Submetido: 08 de Fev. de 2024.

Aprovado: 15 de Mai. de 2025.

Publicado: 23 de Mai. de 2025.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

OLIVEIRA, P.S.; CAMPOS, V.T.B Panorama histórico da universidade no Brasil: revisitar o passado para pensar o futuro. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 29, n.60, 2025, eISSN:2526-8449.